

Edição em língua
portuguesa

Legislação

Índice

I *Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade*

- ★ Regulamento (CE) n.º 1835/95 do Conselho, de 24 de Julho de 1995, relativo à abertura e modo de gestão de contingentes pautais comunitários para determinados produtos agrícolas, industriais e da pesca e modificando o Regulamento (CE) n.º 2878/94 relativo à abertura e modo de gestão de contingentes pautais comunitários para determinados produtos agrícolas e industriais (4.ª série 1995) 1
- ★ Regulamento (CE) n.º 1836/95 do Conselho, de 24 de Julho de 1995, que completa o anexo do Regulamento (CEE) n.º 1461/93 relativo ao acesso dos proponentes dos Estados Unidos da América aos contratos públicos 4

I

(Actos cuja publicação é uma condição da sua aplicabilidade)

REGULAMENTO (CE) Nº 1835/95 DO CONSELHO

de 24 de Julho de 1995

relativo à abertura e modo de gestão de contingentes pautais comunitários para determinados produtos agrícolas, industriais e da pesca e modificando o Regulamento (CE) nº 2878/94 relativo à abertura e modo de gestão de contingentes pautais comunitários para determinados produtos agrícolas e industriais (4ª série 1995)

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia e, nomeadamente, o seu artigo 28º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando que a produção comunitária de determinados produtos industriais continuará a ser, durante o ano de 1995, insuficiente para satisfazer as exigências das indústrias transformadoras da Comunidade; que, por conseguinte, o abastecimento da Comunidade em produtos desse tipo dependerá, em escala significativa, de importações provenientes de países terceiros; que convém satisfazer imediatamente e nas melhores condições as mais urgentes necessidades de abastecimento da Comunidade no que se refere aos produtos em questão; que é conveniente abrir contingentes pautais comunitários com direitos reduzidos ou nulos por um período que se prolongue até 31 de Dezembro de 1995 e, no caso das enguias (número de ordem 09.2701), pelo período compreendido entre 1 de Julho de 1995 e 30 de Junho de 1996, e em função dos volumes apropriados, que tenham em conta a necessidade de não pôr em causa o equilíbrio dos mercados desses produtos, e o início ou o desenvolvimento da produção comunitária;

Considerando que pelo seu Regulamento (CE) nº 2878/94 (1), o Conselho abriu para 1995 contingentes pautais comunitários para determinados produtos industriais, nomeadamente para magnetrões (número de ordem 09.2797) e para dianol 220 (número de ordem 09.2859);

Considerando que os dados económicos actualmente disponíveis permitem concluir que, no que diz respeito

aos produtos em causa, as necessidades da Comunidade de importações provenientes de países terceiros podem atingir, no ano em curso, níveis superiores aos volumes fixados pelo referido regulamento; que, em consequência, é conveniente aumentar os volumes dos contingentes acima referidos;

Considerando que se deve garantir, nomeadamente, o acesso igual e contínuo de todos os importadores na Comunidade a esses contingentes e a aplicação, sem interrupção, da taxa prevista para esses contingentes a todas as importações dos produtos em questão em todos os Estados-membros até ao esgotamento dos contingentes;

Considerando que incumbe à Comunidade decidir da abertura, a título autónomo, de contingentes pautais; que nada se opõe a que, para assegurar a eficácia da gestão comum destes contingentes, os Estados-membros sejam autorizados a sacar dos volumes dos contingentes as quantidades necessárias correspondentes às importações efectivas; que, todavia, esse modo de gestão exige uma estreita colaboração entre os Estados-membros e a Comissão, a qual deve, nomeadamente, poder acompanhar a situação de esgotamento dos volumes dos contingentes e informar desse facto os Estados-membros,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO:

Artigo 1º

1. A partir da data de entrada em vigor do presente regulamento e até à data referida no quadro seguinte, os direitos aduaneiros aplicáveis à importação dos produtos a seguir designados são suspensos aos níveis e nos limites dos contingentes pautais comunitários indicados em frente de cada um deles:

(1) JO nº L 304 de 29. 11. 1994, p. 1.

Número de ordem	Código NC	Código Taric	Designação das mercadorias	Volume do contingente	Direito do contingente (%)	Data limite
09.2897	2915 32 00		Acetato de vinilo	10 000 t	5,5	31.12.1995
09.2898	ex 3907 60 00	* 90	Tereftalato de polietileno, excepto pegoterato (DCI)	10 000 t	4	31.12.1995
09.2899	7202 41 10		Ferro-crómio contendo em peso mais de 4 %, mas não mais de 6 % de carbono	10 000 t	0	31.12.1995
09.2900	7202 50 00		Ferro-silício-crómio	20 000 t	0	31.12.1995
09.2911	8102 91 90		Desperdícios, resíduos e sucata de molibdénio	320 t	0	31.12.1995
09.2912	ex 8540 91 00	* 97	Máscaras planas com uma diagonal de 31,5 cm ($\pm 0,5$ cm), ou de 34 cm ($\pm 0,5$ cm), ou de 39 cm ($\pm 0,5$ cm)	1 500 000 piéces	0	31.12.1995
09.2913	ex 2401 10 41 ex 2401 10 49 ex 2401 10 50 ex 2401 10 70 ex 2401 10 90 ex 2401 20 41 ex 2401 20 49 ex 2401 20 50 ex 2401 20 70 ex 2401 20 90	* 10 * 10 * 10 * 10 * 10 * 10 * 10 * 10	Tabaco, não manufacturado, mesmo cortado de forma regular, com um valor aduaneiro que não seja inferior a 450 ecus/100 kg/líquido, destinado a ser utilizado como capa ou como subcapa na produção de produtos da subposição 2402 10 00 (a)	3 000 t	0	31.12.1995
09.2914	ex 3823 90 98	* 59	Solução aquosa contendo 50 a 90 % de extractos secos de betaína e 5 % a 20 % de sais orgânicos ou inorgânicos	15 000 t	0	31.12.1995
09.2915	ex 3823 90 98	* 61	Dióxido de selício com uma pureza igual ou superior a 99 % em peso, de SiO ₂ , sob uma forma de partículas esféricas, em dispersão no monoetileno glicol	60 t	0	31.12.1995

(a) O controlo de utilização em função deste destino particular faz-se por aplicação das disposições comunitárias em vigor na matéria.

2. A partir de 1 de Julho de 1995 e até 30 de Junho de 1996, os direitos aduaneiros aplicáveis à importação do produto a seguir designado são suspensos ao nível e limite do contingente pautal comunitário aí indicado :

Número de ordem	Código NC	Código Taric	Designação das mercadorias	Volume do contingente	Direito do contingente (%)
09.2701	ex 0301 92 00 ex 0302 66 00 ex 0303 76 00	* 10 * 10 * 10	Enguias (<i>Anguilla</i> spp.), vivas, frescas, refrigeradas ou congeladas, destinadas a serem transformadas em empresas de salga ou de esfolamento ou destinadas ao fabrico industrial de produtos do código NC 1604 (a)	4 000 t	0

(a) O controlo de utilização em função deste destino particular faz-se por aplicação das disposições comunitárias em vigor na matéria.

3. No Regulamento (CE) nº 2878/94, o quadro que figura no artigo 1º é alterado do seguinte modo :

- a) Quanto ao número 09.2797, o número « 650 000 » constante da coluna « volume do contingente » é substituído pelo número « 1 150 000 »;
- b) Quanto ao número de ordem 09.2859, o número « 600 » constante da coluna « volume do contingente » é substituído pelo número « 1 000 ».

Artigo 2º

Os contingentes referidos no nº 1 do artigo 1º são geridos pela Comissão, que pode tomar todas as medidas administrativas necessárias para assegurar eficazmente a respectiva gestão.

Artigo 3º

Se um importador apresentar num Estado-membro uma declaração de introdução em livre prática que inclua um pedido do benefício preferencial para um produto referido no presente regulamento e se esse pedido for aceite pelas autoridades aduaneiras, o Estado-membro em causa procederá, por via de notificação à Comissão, ao saque sobre o volume do contingente correspondente, de uma quantidade correspondente às suas necessidades.

Os pedidos de saque, com indicação da data da aceitação das referidas declarações, devem ser transmitidos sem demora à Comissão.

Os saques serão concedidos pela Comissão em função da data de aceitação das declarações de introdução em livre prática pelas autoridades aduaneiras do Estado-membro em causa na medida em que o saldo disponível o permitir.

Se um Estado-membro não utilizar as quantidades sacadas, transferi-las-á logo que possível para o volume do contingente correspondente.

Se as quantidades pedidas forem superiores ao saldo disponível do volume do contingentes, a atribuição será feita proporcionalmente aos pedidos. Os Estados-membros serão informados pela Comissão dos saques efectuados.

Artigo 4º

Cada Estado-membro garantirá aos importadores dos produtos em causa o acesso igual e contínuo aos contingentes enquanto o saldo do volume do contingente o permitir.

Artigo 5º

Os Estados-membros e a Comissão colaborarão estreitamente na observância do presente regulamento.

Artigo 6º

O presente regulamento entra em vigor no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de Julho de 1995.

Pelo Conselho
O Presidente
P. SOLBES MIRA

REGULAMENTO (CE) Nº 1836/95 DO CONSELHO

de 24 de Julho de 1995

que completa o anexo do Regulamento (CEE) nº 1461/93 relativo ao acesso dos proponentes dos Estados Unidos da América aos contratos públicos

O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta o Acto de Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia e, nomeadamente, o seu artigo 169º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Considerando que o Regulamento (CEE) nº 1461/93 do Conselho (1) prevê uma restrição do acesso dos proponentes dos Estados Unidos da América aos contratos públicos da Comunidade Europeia, em resposta a determinadas medidas dos Estados Unidos da América contra os proponentes da Comunidade;

Considerando que, na sequência da Adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, é necessário adaptar as listas das entidades compradoras referidas no anexo I do referido regulamento, acrescentando as entidades dos novos Estados-membros;

Considerando que essa adaptação não está prevista no Acto de Adesão nem nos seus anexos; que essa adap-

tação é, por conseguinte, do tipo e género previstos no artigo 169º do Acto de Adesão e deve seguir o procedimento do nº 2 do referido artigo,

ADOPTOU O PRESENTE REGULAMENTO :

Artigo 1º

São acrescentadas ao anexo I do Regulamento (CEE) nº 1461/93 as listas das autoridades públicas anexas ao presente regulamento.

Artigo 2º

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias*.

O presente regulamento é obrigatório em todos os seus elementos e directamente aplicável em todos os Estados-membros.

Feito em Bruxelas, em 24 de Julho de 1995.

Pelo Conselho

O Presidente

P. SOLBES MIRA

(1) JO nº L 146 de 17. 6. 1993, p. 1.

*ANEXO — BILAG — ANHANG — ΠΑΡΑΡΤΗΜΑ — ANNEX — ANNEXE — ALLEGATO
— BIJLAGE — ANEXO — LIITE — BILAGA*

AUSTRIA

1. Federal Chancellery — Procurement Office
 2. Federal Ministry for Foreign Affairs
 3. Federal Ministry of Health, Sports and Consumer Protection
 4. Federal Ministry of Finance
 - (a) Procurement Office
 - (b) Division VI/5 (EDP procurement of the Federal Ministry of Finance and of the Federal Office of Accounts)
 - (c) Division III/1 (procurement of technical appliances, equipment and goods for the customs guard)
 5. Federal Ministry for Environment, Youth and Family Procurement Office
 6. Federal Ministry for Economic Affairs
 7. Federal Ministry of the Interior
 - (a) Division I/5 (Procurement Office)
 - (b) EDP-Centre (procurement of electronic data processing machines (hardware))
 - (c) Division II/3 (procurement of technical appliances and equipment for the Federal police)
 - (d) Division I/6 (procurement of goods (other than those procured by Division II/3) for the Federal Police)
 - (e) Division II/21
 8. Federal Ministry for Justice, Procurement Office
 9. Federal Ministry of Defence ⁽¹⁾ (non-warlike materials contained in Annex I, Part II, Austria, of the GATT Agreement on Government Procurement)
 10. Federal Ministry of Agriculture and Forestry
 11. Federal Ministry of Labour and Social Affairs, Procurement Office
 12. Federal Ministry of Education and Fine Arts
 13. Federal Ministry for Public Economy and Transport
 14. Federal Ministry of Science and Research
 15. Austrian Central Statistical Office
 16. Austrian State Printing Office
 17. Federal Office of Metrology and Surveying
 18. Federal Institute for Testing and Research, Arsenal (BVFA)
 19. Federal Workshops for Artificial Limbs
 20. Austro Control Österreichische Gesellschaft für Zivilluftfahrt mit beschränkter Haftung (Austro Control GmbH)
 21. Federal Institute for Testing of Motor Vehicles
 22. Headquarters of the Postal and Telegraph Administration (postal business only)
- (B) All other central public authorities including their regional and local sub-divisions provided that they do not have an industrial or commercial character.

⁽¹⁾ Continuation of present exceptions.

FINLAND

The following contracting authorities of State :

OIKEUSKANSLERINVIRASTO

KAUPPA- JA TEOLLISUUSMINISTERIÖ

Kuluttajavirasto
Elintarvikevirasto
Kilpailuvirasto
Kilpailuneuvosto
Kuluttaja-asiamiehen toimisto
Kuluttajavalituslautakunta
Patentti- ja rekisterihallitus

LIIKENNEMINISTERIÖ

Telehallintokeskus

MAA- JA METSÄTALOUSMINISTERIÖ

Maanmittauslaitos

OIKEUSMINISTERIÖ

Tietosuojavaltuutetun toimisto

Tuomioistuinelaitos
— Korkein oikeus
— Korkein hallinto-oikeus
— Hovioikeudet
— Käräjäoikeudet
— Läänioikeudet
— Markkinatuomioistuin
— Työtuomioistuin
— Vakuutusosasto
— Vesioikeudet
Vankeinhoitolaitos

OPETUSMINISTERIÖ

Opetushallitus
Valtion elokuvatarkastamo

PUOLUSTUSMINISTERIÖ

Puolustusvoimat *

SISÄASIAINMINISTERIÖ

Väestörekisterikeskus
Keskusrikospoliisi
Liikkuva poliisi
Rajavartiolaitos *

SOSIAALI- JA TERVEYSMINISTERIÖ

Työttömyysturvalautakunta
Tarkastuslautakunta
Lääkelaitos
Terveysturvallisuuden oikeusturvakeskus
Tapaturmavirasto
Säteilyturvakeskus
Valtion turvapaikan hakijoiden vastaanottokeskukset

OFFICE OF THE CHANCELLOR OF JUSTICE

MINISTRY OF TRADE AND INDUSTRY

National Consumer Administration
National Food Administration
Office of Free Competition
Council of Free Competition
Office of the Consumer Ombudsman
Consumer Complaints Board
National Board of Patents and Registration

MINISTRY OF TRANSPORT AND COMMUNICATIONS

Telecommunications Administration Centre

MINISTRY OF AGRICULTURE AND FORESTRY

National Land Survey of Finland

MINISTRY OF JUSTICE

The Office of the Data Protection
Ombudsman
Courts of Law

Prison Administration

MINISTRY OF EDUCATION

National Board of Education
National Office of Film Censorship

MINISTRY OF DEFENCE

Defence Forces

MINISTRY OF THE INTERIOR

Population Register Centre
Central Criminal Police
Mobile Police
Frontier Guard

MINISTRY OF SOCIAL AFFAIRS AND HEALTH

Unemployment Appeal Board
Appeal Tribunal
National Agency for Medicines
National Board of Medicolegal Affairs
State Accident Office
Finnish Centre for Radiation and Nuclear Safety
Reception Centres for Asylum Seekers

TYÖMINISTERIÖ

Valtakunnansovittelijain toimisto
Työneuvosto

ULKOASIAINMINISTERIÖ

VALTIOVARAINMINISTERIÖ

Valtiontalouden tarkastusvirasto
Valtiokonttori
Valtion työmarkkinalaitos
Verohallinto
Tullihallinto
Valtion vakuusrahasto

YMPÄRISTÖMINISTERIÖ

Vesi- ja ympäristöhallitus

MINISTRY OF LABOUR

National Conciliators' Office
Labour Council

MINISTRY FOR FOREIGN AFFAIRS

MINISTRY OF FINANCE

State Economy Controller's Office
State Treasury Office

MINISTRY OF ENVIRONMENT

National Board of Waters and Environment

SWEDEN

A

Akademien för de fria konsterna
Allmänna advokatbyråerna (28)
Allmänna reklamationsnämnden
Arbetskyddsstyrelsen
Arbetsdomstolen
Arbetsgivarverk, statens
Arbetslivscentrum
Arbetslivsfonden
Arbetsmarknadsstyrelsen
Arbetsmiljöfonden
Arbetsmiljöinstitutet
Arbetsmiljönämnd, statens

Arkitekturmuseet
Arkivet för ljud och bild
Arrendenämnder (12)

B

Barnmiljörådet
Beredning för utvärdering av medicinsk metodik, statens
Beredningen för internationellt tekniskt-ekonomiskt samarbete
Besvärsnämnden för rättshjälp
Biblioteket, Kungl.
Biografbyrå, statens
Biografiskt lexikon, svenskt
Bokföringsnämnden
Bostadsdomstolen
Bostadskreditnämnd, statens (BKN)
Boverket
Brottsförebyggande rådet
Brottskadenämnden

C

Centrala försöksdjursnämnden
Centrala studiestödsnämnden
Centralnämnden för fastighetsdata

D

Datainspektionen
Departementen
Domstolsverket

E

Elsäkerhetsverket
Expertgruppen för forskning om regional utveckling
Exportkreditnämnden

F

Fideikommissnämnden
Finansinspektionen
Fiskeriverket
Flygtekniska försöksanstalten *
Folkhälsoinstitutet
Forskningsrådsnämnden

Royal Academy of Fine Arts
Public Law Service Offices (28)
National Board for Consumer Complaints
National Board of Occupational Safety and Health
Labour Court
National Agency for Government Employers
Centre for Working Life
Working Lives Fund
National Labour Market Board
Work Environment Fund
National Institute of Occupational Health
Board of Occupational Safety and Health for Government Employees
Museum of Architecture
National Archive of Recorded Sound and Moving Images
Regional Tenancies Tribunals (12)

National Child Environment Council
Swedish Council on Technology Assessment in Health Care
Agency for International Technical and Economic Cooperation
Legal Aid Appeals Commission
Royal Library
National Board of Film Censors
Dictionary of Swedish Biography
Swedish Accounting Standards Board
Housing Appeals Court
National Housing Credit Guarantee Board
National Housing Board
National Council for Crime Prevention
Criminal Injuries Compensation Board

Central Committee for Laboratory Animals
National Board of Student Aid
Central Board for Real Estate Data

Data Inspection Board
Ministries (Government Departments)
National Courts Administration

National Electrical Safety Board
Expert Group on Regional Studies
Export Credits Guarantee Board

Entailed Estates Council
Financial Supervisory Authority
National Board of Fisheries
Aeronautical Research Institute *
National Institute of Public Health
Council for Planning and Coordination of Research

Fortifikationsförvaltningen *
 Frivårdens behandlingscentral
 Förlikningsmannaxpedition, statens
 Försvarets civilförvaltning *
 Försvarets datacenter *
 Försvarets forskningsanstalt *
 Försvarets förvaltningskola *
 Försvarets materielverk *
 Försvarets radioanstalt *
 Försvarets sjukvårdsstyrelse *
 Försvarshistoriska museer, statens *
 Försvarshögskolan *
 Försäkringskassorna
 Försäkringsdomstolarna
 Försäkringsöverdomstolen

G

Geologiska undersökning, Sveriges
 Geotekniska institut, statens
 Glesbygdsmyndigheten
 Grafiska institutet och institutet för högre kommunikations- och reklamutbildning

H

Handelsflottans kultur- och fritidsråd
 Handelsflottans pensionsanstalt
 Handikappråd, statens
 Haverikommission, statens
 Hovrätterna (6)
 Humanistisk-samhällsvetenskapliga forskningsrådet
 Hyresnämnder (12)
 Häktena (30)
 Hälsa- och sjukvårdens ansvarsnämnd
 Högsta domstolen

I

Inskrivningsmyndigheten för företagsinteckningar
 Institut för byggnadsforskning, statens
 Institut för psykosocial miljömedicin, statens
 Institutet för rymdfysik
 Invandrarverk, statens

J

Jordbruksverk, statens
 Justitiekanslern
 Jämställdhetsombudsmannen och jämställdhetsdelegationen

K

Kabelnämnden/Närradionämnden
 Kammarkollegiet
 Kammarrätterna (4)
 Kemikalieinspektionen
 Kommerskollegium
 Koncessionsnämnden för miljöskydd
 Konjunkturinstitutet
 Konkurrensverket
 Konstfackskolan

Fortifications Administration
 Probation Treatment Centre
 National Conciliators' Office
 Civil Administration of the Defence Forces *
 Defence Data-Processing Centre *
 National Defence Research Establishment *
 Defence Forces' Administration School *
 Defence Material Administration *
 National Defence Radio Institute *
 Medical Board of the Defence Forces *
 Swedish Museums of Military History *
 National Defence College *
 Social Insurance Offices
 Social Insurance Courts
 Supreme Social Insurance Court

Geological Survey of Sweden
 Geotechnical Institute
 National Rural Area Development Authority
 Graphic Institute and the Graduate School of Communications

Swedish Government Seamen's Service
 Merchant Pensions Institute
 National Council for the Disabled
 Board of Accident Investigation
 Courts of Appeal (6)
 Council for Research in the Humanities and Social Sciences
 Regional Rent Tribunals (12)
 Remand Prisons (30)
 Committee on Medical Responsibility
 Supreme Court

Register Authority for Floating Charges
 Council for Building Research
 National Institute for Psycho-Social Factors and Health
 Swedish Institute of Space Physics
 Swedish Immigration Board

Swedish Board of Agriculture
 Office of the Chancellor of Justice
 Office of the Equal Opportunities Ombudsman and the Equal Opportunities Commission

Swedish Cable Authority/Swedish Community Radio Authority
 National Judicial Board of Public Lands and Funds
 Administrative Courts of Appeal (4)
 National Chemicals Inspectorate
 National Board of Trade
 National Franchise Board for Environment Protection
 National Institute of Economic Research
 Swedish Competition Authority
 College of Arts, Crafts and Design

Konsthögskolan	College of Fine Arts
Konstmuseer, statens	National Art Museums
Konstnärsnämnden	Arts Grants Committee
Konstråd, statens	National Art Council
Konsumentverket	National Board for Consumer Policies
Krigsarkivet *	Armed Forces Archives *
Kriminaltekniska laboratorium, statens	National Laboratory of Forensic Science
Kriminalvårdens regionkanslier (7)	Correctional Region Offices (7)
Kriminalvårdsanstalterna (78)	National/Local Institutions (78)
Kriminalvårdsnämnden	National Paroles Board
Kriminalvårdsstyrelsen	National Prison and Probation Administration
Kronofogdemyndigheterna (24)	Enforcement Services (24)
Kulturråd, statens	National Council for Cultural Affairs
Kustbevakningen *	Swedish Coast Guard *
Kärnkraftinspektion, statens	Nuclear Power Inspectorate
L	
Lantmäteriverk, statens	Central Office of the National Land Survey
Livruskammaren/Skoklosters slott/Hallwylska museet	Royal Armoury
Livsmedelsverk, statens	National Food Administration
Lotterinämnden	Gaming Board
Läkemedelsverket	Medical Products Agency
Länsarbetsnämnderna (24)	County Labour Boards (24)
Länsrätterna (25)	County Administrative Courts (25)
Länsstyrelserna (24)	County Administrative Boards (24)
Löne- och pensionsverk, statens	National Government Employees Salaries and Pensions Board
M	
Marknadsdomstolen	Market Court
Maskinprovningar, statens	National Machinery Testing Institute
Medicinska forskningsrådet	Medical Research Council
Meteorologiska och hydrologiska institut, Sveriges	Swedish Meteorological and Hydrological Institute
Militärhögskolan *	Armed Forces Staff and War College *
Musiksamlingar, statens	Swedish National Collections of Music
N	
Naturhistoriska riksmuseet	Museum of Natural History
Naturvetenskapliga forskningsrådet	Natural Science Research Council
Naturvårdsverk, statens	National Environmental Protection Agency
Nordiska Afrikainstitutet	Scandinavian Institute of African Studies
Nordiska hälsovårdshögskolan	Nordic School of Public Health
Nordiska institutet för samhällsplanering	Nordic Institute for Studies in Urban and Regional Planning
Nordiska museet, stiftelsen	Nordic Museum
Nordiska rådets svenska delegation	Swedish Delegation of the Nordic Council
Notarienämnden	Recorders Committee
Nämnden för internationella adoptionsfrågor	National Board for Intra Country Adoptions
Nämnden för offentlig upphandling	National Board for Public Procurement
Nämnden för statens gruvegendom	State Mining Property Commission
Nämnden för statliga förnyelsefonder	National Fund for Administrative Development and Training for Government Employees
Nämnden för utställning av nutida svensk konst i utlandet	Swedish National Committee for Contemporary Art Exhibitions Abroad
Närings- och teknikutvecklingsverket	National Board for Industrial and Technical Development
O	
Ombudsmannen mot etnisk diskriminering och nämnden mot etnisk diskriminering	Office of Ethnic Discrimination Ombudsman Advisory Committee on Questions Concerning Ethnic Discrimination

P	
Patentbesvärsrätten	Court of Patent Appeals
Patent- och registreringsverket	Patents and Registration Office
Person- och adressregisternämnd, statens	Coordinated Population and Address Register
Polarforskningssekretariatet	Swedish Polar Research Secretariat
Presstödsnämnden	Press Subsidies Council
Psykologisk-pedagogiska bibliotek, statens	National Library for Psychology and Education
R	
Radionämnden	Broadcasting Commission
Regeringskansliets förvaltningskontor	Central Services Office for the Ministries
Regeringsrätten	Supreme Administrative Court
Region- och distriktsåklagarmyndigheterna	Country Public Prosecution Authority and District Prosecution Authority
Riksantikvarieämbetet och statens historiska museer	Central Board of National Antiquities and National Historical Museums
Riksarkivet	National Archives
Riksbanken	Bank of Sweden
Riksdagens förvaltningskontor	Administration Department of the Swedish Parliament
Riksdagens ombudsmän, JO	The Parliamentary Ombudsmen
Riksdagens revisorer	The Parliamentary Auditors
Riksförsäkringsverket	National Social Insurance Board
Riksgäldskontoret	National Debt Office
Rikspolisstyrelsen	National Police Board
Riksrevisionsverket	National Audit Bureau
Riksskatteverket	National Tax Board
Riksutställningar, Stiftelsen	Travelling Exhibitions Service
Riksåklagaren	Office of the Prosecutor-General
Rymdstyrelsen	National Space Board
Råd för byggnadsforskning, statens	Council for Building Research
Rådet för grundläggande högskoleutbildning	Council for Renewal of Undergraduate Education
Räddningsverk, statens *	National Rescue Services Board *
Rättshjälpsmyndigheten	Regional Legal Aid Commission
Rättshjälpmyndigheten	National Board of Forensic Medicine
S	
Sameskolstyrelsen och sameskolor	Sami (Lapp) School Board Sami (Lapp) Schools
Sjöfartsverket	National Maritime Administration
Sjöhistoriska museer, statens	National Maritime Museums
Skattemyndigheterna (24)	Local Tax Offices (24)
Skogs- och jordbrukets forskningsråd	Swedish Council for Forestry and Agricultural Research
Skogsstyrelsen	National Board of Forestry
Skolverk, statens	National Agency for Education
Smittskyddsinstitutet	Swedish Institute for Infectious Disease Control
Socialstyrelsen	National Board of Health and Welfare
Socialvetenskapliga forskningsrådet	Swedish Council for Social Research
Sprängämnesinspektionen	National Inspectorate of Explosives and Flammables
Statistiska centralbyrån	Central Bureau for Statistics
Statskontoret	Agency for Administrative Development
Stiftelsen WHO	Collaborating Centre on International Drug Monitoring
Strålskyddsinstitut, statens	National Institute of Radiation Protection
Styrelsen för internationell utveckling, SIDA	Swedish International Development Authority
Styrelsen för Internationellt Näringslivsbistånd, SWEDECORP	Swedish International Enterprise Development
Styrelsen för psykologiskt försvar *	National Board of Psychological Defense *

Styrelsen för Sverige-bilden	Image Sweden
Styrelsen för teknisk ackreditering	Swedish Board for Technical Accreditation
Styrelsen för u-landsforskning, SAREC	Swedish Agency for Research Cooperation with Developing Countries
Svenska institutet, stiftelsen	Swedish Institute
T	
Talboks- och punktskriftsbiblioteket	Library of Talking Books and Braille Publications
Teknikvetenskapliga forskningsrådet	Swedish Research Council for Engineering Sciences
Tekniska museet, stiftelsen	National Museum of Science and Technology
Tingsrätterna (97)	District and City Courts (97)
Tjänsteförslagsnämnden för domstolsväsendet	Judges Nomination Proposal Committee
Transportforskningsberedningen	Transport Research Board
Transportrådet	Board of Transport
Tullverket	Swedish Board of Customs
U	
Ungdomsråd, statens	State Youth Council
Universitet och högskolor	Universities and University Colleges
Utlänningsnämnden	Aliens Appeals Board
Utsädeskontroll, statens	National Seed Testing and Certification Institute
V	
Vatten- och avloppsnämnd, statens	National Water Supply and Sewage Tribunal
Vattenöverdomstolen	Water Rights Court of Appeal
Verket för högskoleservice (VHS)	National Agency for Higher Education
Veterinärmedicinska anstalt, statens	National Veterinary Institute
Väg- och trafikinstitut, statens	Road and Traffic Research Institute
Värnpliktsverket *	Armed Forces' Enrolment Board *
Växsortsnämnd, statens	National Plant Variety Board
Y	
Yrkesinspektionen	Labour Inspectorate
Å	
Åklagarmyndigheterna	Public Prosecution Authorities
Ö	
Överbefälhavaren *	Supreme Commander of the Armed Forces *
Överstyrelsen för civil beredskap *	National Board of Civil Emergency Preparedness *